

A extensão que se faz história de vida: impressões sobre um programa chamado Ncep¹

Criselli Maria MONTIPÓ²

José Carlos FERNANDES³

Hendryo ANDRÉ⁴

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

O texto busca identificar, por meio de um questionário estruturado (*survey*) aplicado a 35 profissionais que participaram do Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep), do Departamento de Comunicação Social (Decom) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), contribuições da ação extensionista na trajetória profissional e humana desses participantes. Em meio ao vigésimo aniversário de fundação do programa, a discussão teórica é permeada por questões ligadas à curricularização da extensão universitária e à recuperação de vestígios de memória no que concerne à participação no programa. Os resultados empíricos apontam que, apesar de algumas questões conceituais acerca das definições e escopo da extensão, há marcas relevantes da atividade na trajetória pessoal e profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão; Ncep; vivências; histórias de vida; memória.

INTRODUÇÃO

Dinâmico e fluido, o objeto das Ciências Humanas e Sociais é, também, histórico. Talvez por isso, mensurar resultados seja uma das tarefas mais necessárias, complexas e ingratas enfrentadas durante a produção de conhecimento, especialmente nas Ciências Sociais Aplicadas, espaço ocupado pela Comunicação Social. Impregnados pela tradição positivista, os estudos da área por vezes enfrentam adversidades para avaliar resultados que, nem sempre, podem ser transformados em dados concretos. A dificuldade de generalização de resultados — ambição de qualquer tentativa de explicação científico-

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – GP Comunicação e Educação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: criselli@gmail.com.

³ Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de Comunicação (Decom/UFPR). E-mail: zeca@ufpr.br.

⁴ Doutor em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de pós-doutorado (PNPD/Capes) do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: hendryoandre@gmail.com.

teórica de um fenômeno social — exige criatividade para explicar, cientificamente, determinados aspectos da realidade.

Ciente desses desafios, o presente texto busca identificar, por meio de um questionário (*survey*) aplicado a 35 profissionais que participaram de ações extensionistas promovidas pelo Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep), quais possíveis impactos a iniciativa teve ou tem na vida dos extensionistas. O objetivo é identificar contribuições da ação extensionista na trajetória profissional e humana dessas pessoas. O texto é decorrente de um estudo de caso que já resultou em dois trabalhos prévios e que visa resgatar aspectos da história do Ncep (Montipó; Fernandes; André, 2022, 2023).

Ligado ao Departamento de Comunicação Social (Decom) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Núcleo acaba de completar 20 anos. Atualmente, é formado por 24 estudantes das três habilitações de Comunicação (Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Jornalismo), e por três projetos (*A Laje*, *Floresta Edições* e *Educomunicação nas Escolas*) que se subdividem em uma dezena de ações de curto, médio, e longo prazo, assim como grupos de estudo. Desde o ano passado, os professores-orientadores do projeto, que assinam este texto, têm se debruçado para resgatar aspectos de história do Ncep, a partir de documentos existentes desde a fundação (*ibid.*, 2023), com o intuito de compreender como a metodologia extensionista do programa pode colaborar para o amadurecimento da curricularização da extensão nos cursos do Decom e, porventura, de outras instituições de ensino superior (*ibid.*, 2022).

O esforço de compreensão sobre a prática extensionista se dá diante do processo de creditação da extensão, instituído pela Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que tornou a extensão — constitutiva do tripé universitário, junto do ensino e da pesquisa —, parte integrante da matriz curricular dos cursos (Brasil, 2018). Devido à determinação, todo estudante de ensino superior deve vivenciar essa experiência, com carga horária correspondente a 10% do currículo.

Essa mudança curricular recente aguça o interesse em conhecer possíveis impactos de um programa extensionista consolidado ao longo de duas décadas. Por isso, o artigo procura discutir, também, aspectos históricos do Ncep a partir da prática extensionista, bem como a natureza e a atualização dos propósitos do programa presentes nas ações atuais. Para a análise dos resultados do questionário, o esforço foi o de

relacionar a vivência na extensão às escolhas profissionais, bem como recompor memórias da vivência da extensão universitária.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PERCURSO DO NCEP

A extensão universitária já passou por inúmeras fases no Brasil. Baseada em experiências norte-americanas e europeias (Xavier, 2021), no início do ensino superior no país, no século XX, já foi prestação de serviços. Somente a partir dos anos 1950 e 1960, quando a universidade brasileira intensifica seu compromisso social, especialmente a partir da influência de movimentos sociais e estudantis (Gadotti, 2017), tal característica de serviço começou a ser superada. Ainda que com algumas ressalvas, nas décadas de 1970 e 1980, assume o caráter de assistência à população vulnerável, como parte das estratégias da ditadura civil-militar (Gonçalves, 2016; Gadotti, 2017). São da mesma época, porém, iniciativas de resistência ao autoritarismo nas universidades (Gadini, 2009), bem como a interferência de segmentos progressistas da educação, com a perspectiva de uma “relação dialógica” entre a universidade e a sociedade, defendida por Paulo Freire (Freire; Guimarães, 2021). Ao longo do processo de democratização, a postura crítica se delineia até culminar com a pressão por uma participação mais intensa dos segmentos sociais na universidade (Saviani, 2013).

É desse processo, instigado por inúmeras organizações, que se formam os princípios extensionistas que orientam as ações na contemporaneidade. Espera-se, nessa linha, que dentre as ações de extensão realizadas, os estudantes possam praticar: a) a interação dialógica entre as dimensões dos fazeres acadêmicos na relação com segmentos da sociedade; b) a interdisciplinaridade — compreendendo que a produção de conhecimento implica a mobilização de diversas disciplinas, além da interprofissionalidade, para assegurar à formação estudantil contatos com outras áreas profissionais; c) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; d) os possíveis impactos para a formação epistêmica, teórica, técnica e ética-deontológica-crítica; e e) a transformação social a partir das ações realizadas, de modo a contribuir para a resolução de problemas (Amaral *et al.*, 2021; Gonçalves; Quimelli, 2016).

Ao revistar os documentos de fundação, fica nítido que tais princípios são norteadores do trabalho do Ncep desde 2003. Nascido Núcleo de Comunicação Popular, o projeto é fruto da preocupação, principalmente estudantil, em aproximar o campo da

comunicação dos movimentos sociais. Ainda em novembro de 2002, um grupo de estudantes liderado pela professora Rosa Maria Cardoso Dalla Costa⁵, que se tornaria a primeira coordenadora, iniciou as discussões sobre as possibilidades dessa aproximação. Conforme registros documentais impressos, no início de 2003, a docente apresentou a proposta da criação do então projeto de extensão na reunião plenária do Decom, quando o projeto foi aprovado e encaminhado para tramitação e homologação nas instâncias da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec), o que ocorreu em 24 de junho de 2003 (Montipó; Fernandes; André, 2023).

Desde a fundação, o pensamento do educador Paulo Freire embasa o processo dialógico e horizontalizado do programa, fato incentivado pela formação humanística de sua primeira gestora. Não à toa, a parceria inaugural do Ncep foi com o Cefuria – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo⁶, uma organização focada em educação popular e formação política. A experiência junto aos movimentos sociais foi fundamental, segue sendo fortalecida para que os estudantes tenham oportunidade de vivenciar experiências nas comunidades e, como demonstrado no item de análise dos questionários, é um elemento que se relaciona à vida profissional de parte considerável dos egressos.

O programa se estrutura, também, a partir de reuniões vespertinas, uma vez por semana, para compartilhar as vivências de campo, expor dúvidas e impasses de atuação. Esses encontros — que duram em média três horas — se dão desde a criação do Ncep e ocorrem na forma horizontal, não hierarquizada, de modo a não se confundirem com a sala de aula, aplicando, na rotina do grupo, os pilares da educomunicação (Soares, 2011) e da comunicação popular (Gonzalez, 2022). Ainda conforme já evidenciado em pesquisa anterior (Montipó; Fernandes; André, 2022), a dialogicidade e a formação crítica permanecem como suportes da prática extensionista do Ncep e são revisitados neste esforço de recomposição da memória sobre o projeto.

⁵ Doutora em Sciences de l'Information et de la Communication pela Université de Paris VIII, em 1999, a fundadora do, à época, Núcleo de Pesquisa e Extensão em Comunicação e Educação Popular, foi professora titular na UFPR entre 1998 e 2017 (CNPq, 2023).

⁶ Fundado em 1981, o Cefuria é uma organização da sociedade civil voltada ao fortalecimento da organização popular. A entidade funciona até hoje e o trabalho pode ser conferido no endereço Cefuria <http://www.cefuria.org.br>.

MEMÓRIAS E FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA

O tempo presente, na vida humana, é construído a partir do delicado — porém, contínuo — movimento em relação ao passado e ao futuro (Ricoeur, 1994). Isso se dá devido à capacidade humana de produzir sentidos. Goffman (2008) chama de *unicidade biográfica* a sequência específica de eventos vividos por uma pessoa. São os relatos, portanto, os responsáveis por tratar das discontinuidades e da memória. “O tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (Ricoeur, 1994, p. 15).

A ideia fortalece o princípio de que toda história de vida detém singularidades, o que poria cada sujeito como protagonista de sua própria existência. Isso não é um impeditivo, em absoluto, para a ocorrência de experiências compartilhadas, pontos em que as biografias se entrecruzam e produzem valores comuns. Essas ligações criam processos de identificação (Woodward, 2014) que, ao longo do tempo, sedimentam-se em representações sociais (Moscovici, 2015).

Nessa perspectiva, é possível compreender que o *social* se constitui não pela soma dos indivíduos existentes em uma sociedade com suas unicidades biográficas, e sim pela existência de *memórias*, um arranjo dialético entre *representações* — vinculadas a um passado que, inevitavelmente, não pode ser acessado na íntegra (John, 2014) — e *ações* — que, por sua vez, compõem o tempo presente e que são ativadas tanto individual quanto coletivamente (Bosi, 1994; Halbwachs, 2006).

A existência de memórias, portanto, constitui-se a partir de fragmentos ou vestígios que passam a existir ancorados por representações sociais. As memórias são compartilhadas a partir de *comunidades de referência* (Gómez, 2005), como família, religião, escola, profissão, partido político, entre outras. Estas, por sua vez, garantem a possibilidade de entrecruzamentos entre histórias ou situações de vida em espaços e tempos distintos. Em outras palavras, uma comunidade de referência — como um curso de graduação e, mais especificamente, uma experiência de extensão universitária — se consolida a partir do momento em que há princípios e valores compartilhados.

Identificá-los é sempre um desafio. Afinal, há diversas maneiras de aguçar a ativação de memórias pelo escopo científico, e todas elas possuem vantagens e desvantagens. O pressuposto que todo pesquisador ou pesquisadora precisa ter é que uma

história compartilhada é sempre uma nova história. A técnica do *survey*, a qual se passa a esmiuçar no tópico seguinte, embora presa a um paradigma científico positivista, permite a avaliação e organização de diversos fragmentos de memórias em determinado contexto de ativação. Ainda que com lacunas, a opção para minimizar a incidência de respostas demasiadamente genéricas foi abrir a possibilidade para que os extensionistas pudessem partilhar memórias a partir de breves relatos, conforme explicado a seguir.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa social — ao trabalhar com foco nas pessoas, suas realizações, e compreender atores sociais em relação e em perspectivas (Minayo, 2016) — é aderente aos pressupostos metodológicos adotados para a aplicação dos questionários. A técnica de investigação costuma ser utilizada para identificar questões relacionadas a “opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (GIL, 1999, 128). É especialmente no último aspecto, que se liga a um âmbito de memória, que o desenho do *survey* foi estruturado. Ancorado na *Escala Likert*, um tipo de escala social que visa avaliar a intensidade das respostas da maneira mais objetiva possível a partir de “enunciados que manifestam opinião ou atitude acerca do problema a ser estudado” (*ibid.*, 1999, p. 146), a estratégia se apresenta adequada ao propósito devido à flexibilidade, adaptabilidade e abertura no processo de levantamento de dados.

O questionário é iniciado com questões mais amplas, como gênero, faixa etária, cidade de residência, tipo de graduação cursada no Decom da UFPR (etapa na qual houve participação no Ncep), bem como questões relativas à experiência e à existência ou inexistência de vínculos com o programa após a conclusão de curso.

Tal perspectiva é relevante porque o objeto de análise centra-se em práticas sociais em mutação. Assim, a complementaridade e a integração de metodologias quali-quantitativas auxiliam na compreensão dos fenômenos sociais caracterizados por sua complexidade, mudança e indeterminação (Groulx, 2015), ao abarcar as percepções sobre as experiências e práticas das pessoas que atuaram no Ncep.

A população de potenciais respondentes comporta cerca de 300 pessoas, o equivalente a uma média de 15 extensionistas vinculados por ano de existência do programa, excluídos os estudantes que ainda cursam a graduação no Decom. Para tentar

se aproximar desse universo, a pesquisa — aplicada a partir de um formulário online — foi divulgada em redes sociais como Instagram e Facebook, bem como por grupos e contatos de WhatsApp.

Formou-se uma amostra por conveniência, isto é, a partir de respondentes que se dispuseram voluntariamente a participar da pesquisa. Foram obtidas 35 respostas cuja análise esteve centrada em compreender: a) Relações entre extensão universitária e escolhas profissionais; b) Vestígios de memórias sobre extensão universitária.

Além do questionário, a pesquisa em andamento conta ainda com análise documental e bibliográfica. Os documentos analisados em 2023 foram cedidos pela Coordenadoria de Extensão (Coex) da UFPR. Trata-se do arquivo do Ncep, em que constam cópias impressas do processo de abertura de projeto de extensão universitária; relatórios e pedidos de renovação do programa; solicitações de bolsas; pesquisas oriundas do núcleo, como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), além de cópias impressas de manuais, folderes, jornais murais, roteiros para programas de rádio e televisão, boletins informativos, entre outros.

IMPRESSÕES SOBRE UM PROGRAMA CHAMADO NCEP

Aplicado entre julho e agosto, o questionário recebeu 35 respostas de egressos formados entre 2004 e 2023⁷, uma amostra de aproximadamente 10% do universo de extensionistas ao longo de duas décadas. Para entender aspectos do perfil do público participante, algumas informações são importantes: sempre a cada grupo de dez respondentes, oito se formaram em Jornalismo, um em Publicidade e Propaganda e um em Relações Públicas; sete permanecem morando em Curitiba ou Região Metropolitana, enquanto o restante migrou⁸ para o interior do estado do Paraná ou para o estado de São Paulo; seis são mulheres e quatro são homens; seis têm até 29 anos; três até 40 anos e um tem acima de 41 anos.

Quando se observa o período de tempo de participação no Ncep, quase metade permaneceu ao longo dos dois primeiros anos de graduação, e outro terço manteve-se por período acima disso. Esse aspecto sugere fortes vínculos, reforça a percepção de que o Ncep se comporta como uma comunidade de referência (Gómez, 2005) e interfere,

⁷ Não houve respondentes formados em 2007, 2008, 2011, 2012 e 2014.

⁸ Apenas um participante afirmou ter migrado para outro país.

primeiro, na própria atitude em se dispor a responder ao questionário e, conseqüentemente, nas próprias impressões e memórias individuais e coletivas (Bosi, 1994; Halbwachs, 2006) que os participantes têm do período como extensionista. Isso é corroborado, por exemplo, na resposta à questão “No seu período como extensionista, o Ncep se mostrou um programa...”. Aqui, quatro a cada cinco participantes assinalaram a opção “ótimo/excelente” e não houve marcação à alternativa “Insuficiente/ruim” ou à “Não sei/não gostaria de avaliar”.

Se os respondentes demonstram a criação de laços de memória com a extensão, isso não reverbera, necessariamente, na percepção sobre as memórias individuais no período de vínculo. Quando questionados sobre o tema, as respostas variam: novamente a cada grupo de dez participantes, seis assinalaram a opção “ótima/excelente”, três “regular/boa” e um disse não saber ou preferir não avaliar.

De acordo com o cruzamento das respostas, observa-se que os participantes têm predisposição e interesse nas ações do Ncep (três a cada quatro disseram concordar parcial ou totalmente e um a cada três alegou, inclusive, ter planejado ou efetivamente ter entrado em contato com o Ncep em algum momento para sugerir ações para o Programa), mas a conclusão do curso e o conseqüente desligamento do cotidiano da universidade acaba por afastá-los (metade do grupo respondente). Há pelo menos dois motivos com pesos proporcionais: o afastamento ocorreu devido à ausência de notícias sobre as ações extensionistas (quase metade disse concordar parcial ou totalmente com a afirmação) e, entre os que tiveram notícias sobre as ações, houve uma proporção relevante daqueles que afirmaram não haver mais ligação com o projeto (três a cada cinco disseram concordar parcial ou totalmente com a afirmação).

Os resultados indicam a necessidade de um aprimoramento no diálogo institucional com ex-extensionistas, algo que pode ser desenvolvido tanto a partir de estratégias digitais quanto de eventos e/ou ações presenciais. Especialmente porque, conforme as respostas, o Ncep, enquanto uma comunidade de referência proeminente para os respondentes, esteve entre as melhores experiências tidas durante a graduação, a ponto de ser considerado determinante para as escolhas profissionais (nove a cada dez concordam parcial ou totalmente com as duas afirmações e, em particular, sobre a última, seis em dez afirmaram que a participação incidiu “em definitivo” na profissão).

As interfaces entre atuação no programa de extensão e vínculo profissional, em um perfil hegemônico de jornalistas, revela profissionais preocupados com instituições e grupos socialmente marginalizados — e se isso, por um lado, é um fator relevante pelo fato de os profissionais terem sensibilidade para pautas sociais, por outro, conforme será discutido no próximo subtópico, ainda se mostra como um empecilho para a compreensão plena dos significados da extensão universitária. Voltando aos vínculos de trabalho, é interessante observar como temas sobre o guarda-chuva do Ncep foram recorrentes no exercício profissional. Questionados sobre áreas de atuação e com a possibilidade de assinalar mais de uma opção, os respondentes demonstraram relevante participação em atividades desenvolvidas no terceiro setor (quase metade das respostas) e movimentos sociais (uma a cada quatro). A experiência extensionista interfere, esporádica ou cotidianamente, para quatro em cinco respondentes.

Dito isso, com a possibilidade de assinalar até três alternativas, os participantes foram questionados sobre em quais instituições ou grupos desenvolveram ações durante a vivência na extensão. Três a cada quatro citaram ações em escolas públicas; metade se recordou do trabalho em periferias; um terço a com população em situação de rua; e, finalmente, um quinto com refugiados.

A realização de oficinas é citada de forma quase unânime pelos participantes como atividade realizada no Ncep. Em seguida, aparecem ações de imersão em periferias urbanas, aprimoramento da capacidade de falar em público e criação de produções sonoras (cada uma delas foram destacadas em metade das respostas). Há ainda peso para ações de concepção e desenvolvimento de materiais didáticos e informativos (algo lembrado, respectivamente, por dois e três respondentes a cada grupo de dez).

COMPREENSÕES SOBRE O QUE É E QUAL O PAPEL DA EXTENSÃO

Conforme elencado no referencial teórico, há cinco diretrizes que orientam a extensão universitária. De forma resumida, esse tipo de ação é fruto de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, interprofissional e interdisciplinar, indissociável, portanto, do ensino e da pesquisa, e sempre com vistas à transformação social a partir da resolução de problemas, o que, em tese, proporciona a oportunidade de uma formação epistêmica, teórica, técnica e ética-deontológica-crítica.

Dada a complexidade, não é incomum que o estudante demore a compreender o papel da extensão e, muitas vezes, a resume a uma atividade de cunho assistencialista, o que foi, como já apontado, a marca de algumas universidades no início das atividades extensionistas no século passado (Gadotti, 2017), postura que gera resquícios até hoje. No entanto, a partir da política extensionista construída coletivamente e vigente no país, há um esforço das universidades brasileiras, principalmente públicas, em se afastar daquele modelo inicial, assistencialista, o que nem sempre é compreendido e difundido por estudantes, servidores e docentes que atuam na extensão.

Nesse sentido, houve uma tentativa de compreender dos participantes quais são as percepções mais recorrentes sobre extensão universitária. Se, por um lado, há praticamente consenso no fato de que a extensão permite diálogos entre universidade e sociedade, promove a abertura da instituição a pessoas e comunidades e é uma ação fundamental para promover o diálogo entre universidade e sociedade, é válida a autocrítica de que muitas pessoas se formam ainda com a percepção de que a extensão é uma atividade de prestação de serviços e também uma prática de assistência social a populações vulneráveis (nove e oito, respectivamente, em dez disseram concordar parcial ou totalmente com as afirmações). Talvez isso se deva a vestígios de memória ligados ao próprio escopo de atuação do Ncep, que busca desenvolver ações junto a grupos socialmente marginalizados, mas, ao mesmo tempo, revela uma dificuldade no consenso acerca da extensão, bem como alguns desafios no estabelecimento de suas interfaces com o ensino e a pesquisa.

Esse fator não deve ser creditado exclusivamente a dificuldades internas do programa. Embora a extensão seja considerada uma das experiências mais gratificantes para sete a cada dez respostas, de acordo com uma a cada quatro respostas, a atividade era entendida como a mais desprestigiada dentro da universidade. Esse entendimento, aliás, é fundamental para perceber como o Ncep se constituiu como uma comunidade de referência para seus participantes.

Uma comunidade de referência se forma a partir de vestígios de memória, que, conforme dito, são tanto representações de fragmentos do passado quanto ações do presente. Para buscar identificá-las, optou-se pela realização de uma questão específica sobre memórias de ações cotidianas ocorridas na prática extensionista. A partir dos enunciados, buscou-se compor a percepção sobre a importância ou desimportância de

determinadas práticas cotidianas que se cristalizaram na forma de funcionamento do Programa de extensão: reuniões obrigatórias nas tardes de quinta-feira; encontros de formação em educomunicação e comunicação popular; transporte em kombis; ações em campo (escolas, comunidades, associações, etc.); campanhas em geral (contra violência, suicídio, entre outros); mobilizações para arrecadação de verbas; e apresentação de artigos em eventos acadêmicos.

Conforme esperado, houve discrepâncias entre a relevância que cada um desses ativadores de vestígios de memória teve na avaliação dos participantes. As ações em campo foram consideradas “marcantes ou significativas” para nove a cada dez entrevistados, o que remete à percepção sobre o trabalho da extensão universitária como um tipo de ação que ultrapassa os muros da universidade. Em seguida, foram valorizadas como “marcantes ou significativas”, por seis em dez entrevistados, as reuniões realizadas nas tardes de quinta-feira, o que sugere certa compreensão a respeito do teor praxiológico — aquele que avalia teoria e prática como dimensões solidárias, jamais concorrentes entre si (Freire, 1987) — que a extensão carrega.

Em uma das questões abertas, houve o pedido para que os entrevistados (distinguidos nos próximos parágrafos com a letra E seguida pelo número de ordem de resposta ao formulário) descrevessem aspectos da extensão universitária nas suas histórias de vida não contemplados nas questões fechadas. É preciso observar de antemão que nem sempre os números batem com as questões fechadas em assuntos que foram contemplados anteriormente, apesar de a questão frisar para que se comentasse a respeito de temas não abordados. Significa duas coisas: primeiro, que a pesquisa estruturada auxilia no ordenamento de alguns aspectos que não são explorados nas questões abertas; segundo, que as questões abertas possibilitam a identificação de fatores de ênfase nas respostas.

Feito o alerta, três a cada quatro entrevistados fizeram comentários⁹. Dado o caráter aberto da questão, há possibilidades de que as respostas pertençam a mais de uma das três grandes áreas nas quais foram agregadas:

⁹ Não acrescentaram comentários e, por isso, não estão elencados nas respostas: E1, E2, E6, E9, E11, E15, E23, E25 e E35. Já E22 afirmou que teve outra experiência de extensão mais rica que o Ncep durante a graduação.

a) *Desenvolvimento profissional*, contempla o engajamento com movimentos sociais e terceiro setor (E16, E17 e E32), a ampliação de visão de temas sociais (E12, E13, E14, E24 e E33), que se reverbera na construção de pautas (E4, E8 e E10), no desenvolvimento de habilidades comportamentais (E10) e de comunicação em geral (E5 e E7), além do progresso na autonomia (E27, E32), na elaboração de planejamento estratégico (E13, E18, E19 e E32) e, não menos importante, na ampliação sobre a compreensão relativa à área de formação (E34), inclusive a partir do estímulo ao ensino e à pesquisa acadêmica (E3, E20, E30 e E32).

b) *Desenvolvimento pessoal e de valores*, que agrega a formação de senso crítico (E31), com a expansão do olhar para contextos sociais plurais (E3, E21), além do desenvolvimento humano (E10 e E29), que inclui empatia, escuta ativa e relacionamento interpessoal (E26, E28 e E31).

c) *Impacto social e comunitário*, que reúne a capacidade de resolução de problemas e, por conseguinte, de intervenção da universidade na realidade social (E4), além do fortalecimento da comunicação popular e da educomunicação por meio de processos dialógicos (E3 e E16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo antes da aplicação do *survey*, a coordenação do programa já tinha o hábito de recolher depoimentos sobre o impacto da extensão universitária nas trajetórias pessoais e profissionais de ex-participantes. A partir desse processo informal e exploratório, são comuns relatos sobre escolhas de vida pautadas na defesa dos direitos humanos (Carvalho, 2016), nascidas, em alguma medida, da possibilidade que esses remanescentes tiveram — via extensão — de ter contato e vínculo com moradores de ocupações irregulares, adolescentes e jovens de periferias urbanas, pessoas trans, catadores de recicláveis, moradores de asilos, população em situação de rua, lideranças comunitárias e comunidades escolares, dentre outros grupos sociais. Esses relatos foram corroborados com a aplicação do questionário.

Ao recompor a memória do Ncep ao longo de seus 20 anos, especialmente neste tempo histórico — marcado pela necessidade de revalorizar o papel da universidade e sua urgente necessidade de proximidade com a comunidade —, os relatos dos extensionistas

que construíram o programa ao longo de duas décadas demonstram a profundidade da experiência.

O uso da *Escala Likert* no questionário, ao oferecer diferentes níveis de envolvimento na experiência extensionista, trouxe percepções dos respondentes quanto à vivência particularmente impactante da plataforma de ação do Ncep como articuladora de possibilidades de democratização da comunicação a partir da construção conjunta.

Além da experiência, transparece nos depoimentos a relevância da formação interna oferecida pelo programa, expressa em cursos e orientações individuais. Esta formatação é destacada como uma espécie de práxis, no sentido de não dualidade entre teoria e prática, um instrumental para entender as diversas camadas dos dramas educacionais, habitacionais, urbanos e esboçar, a partir dessa compreensão, ações conjuntas, não paternalistas e não autoritárias — o fazer “com” e não o fazer “para” (Gómez, 2014). A expressão é repetida como um mantra pelos ex-participantes.

Os relatos, como ativadores de memórias, permitiram às pessoas que experimentaram tais vivências se moverem nesse espaço temporal. Outro ponto a ser destacado é a relevância dada pelos ex-ncepers, forma como são conhecidos na comunidade de referência, às reuniões semanais dedicadas ao compartilhamento das ações nas comunidades, acertos, aprendizados, desafios e dificuldades. É a partir da narrativa que compreendemos a maioria das coisas do mundo (Motta, 2012), talvez por isso essas trocas semanais nas reuniões tornaram a lembrança desse momento formal como memória afetiva e não como uma carga burocrática, como são vistas grande parte das reuniões de trabalho na atualidade.

Há de se destacar, dentre os diversos campos de ação do programa, o engajamento na rotina de escolas de periferias urbanas, por meio de oficinas de produção gráfica, editorial e sonora. A educação, por sua vez, aparece nos levantamentos como um horizonte de interesse contínuo na vida dos egressos. A pesquisa sinaliza que a extensão em escolas aumenta a compreensão sobre um dos “gargalos” da vida brasileira (Gois, 2022; Ribeiro, 2018; Rizzini, 2011).

Fazer com, aprender junto e construir coletivamente parecem ser as marcas da extensão universitária praticada no Ncep, graças à constância e solidez de seu propósito de transformar a partir da comunicação e da educação popular.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. E. P.; BOMFIM, I.; BRONOSKY, M. E. (org.). **Extensão universitária & jornalismo: caminhos coletivos**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE 07/2018**. Brasília: Conselho Nacional da Educação, 2018.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Edição atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Rosa Maria Cardoso Dalla Costa**. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1640182812385830>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FREIRE, P. GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADINI, S. L. Prática laboratorial e ensino pelas atividades de extensão na agência de jornalismo da UEPG. **Revista Conexão UEPG**, v. 5, n. 1, p. 55-60, 2009.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOIS, A. **O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2022.

GÓMEZ, G. O. O telespectador frente à televisão. Uma exploração do processo de recepção televisiva. **Communicare**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 27-42, 2005.

GÓMEZ, G. O. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagem e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229–1256, 2016.

GONÇALVES, N. G. QUIMELLI, G. A. S (org.). **Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: Ed. CRV, 2016.

GONSALEZ, A. **Jornalismo comunitário**. São Paulo: Contexto, 2022.

GROULX, L. H. Um debate qualitativo e quantitativo: um dualismo a prescrever discussões em torno de métodos. In: TAVARES, M.; RICHARDSON, R. J.(org.). **Metodologias Qualitativas: teoria e prática**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JOHN, V. M. **Mundos possíveis e telenovela: memórias e narrativas melodramáticas de mulheres encarceradas**. 2014. 200 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MONTIPÓ, C. M.; FERNANDES, J. C; ANDRÉ, H. Aspectos pedagógicos da ação do Ncep no contexto da curricularização da extensão: um percurso metodológico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Ciências da Comunicação contra a Desinformação**. São Paulo: Intercom, 2022. p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/3JNmC3x>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MONTIPÓ, C. M.; FERNANDES, J. C; ANDRÉ, H. Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep) e extensão universitária: uma análise dos 20 anos da ponte entre comunidade e o Decom da UFPR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22., 2023, Guarapuava. **Comunicação e políticas científicas: desmonte e reconstrução**. São Paulo: Intercom, 2023. p. 1-6. Disponível em: <https://bit.ly/3rk7cgV>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOTTA, L. G. Por que estudar narrativas. In: LADEIRA MOTA, C.; MOTTA, L. G; CUNHA, M. J. (orgs). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

RIBEIRO, R. J. **A pátria educadora em colapso: reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa - Tomo I**. São Paulo: Papyrus, 1994.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 11. ed. revista. Campinas: Editores Associados, 2013.

SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

XAVIER, J. T. P. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e extensão universitária. In: SAMPAIO, A.; SILVA, D. R.; PORÉM, M. E. (org.). **Comunicação, inovação e organizações**. Salvador: Edufba; São Paulo: Abrapcorp, 2021.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; HALL, S. WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.